



Olhar o Sul

Manuel Ennes Ferreira

mfereira@iseg.ulisboa.pt

PORTUGAL E A EDUCAÇÃO EM EMERGÊNCIAS

Esta crónica volta a abordar a questão da educação no seio dos refugiados. As inúmeras reações à última crónica justificam-na. A componente de ajuda humanitária destinada àquela área é crescente. Educação em Emergências (EeE) sintetiza um programa que pretende garantir e aumentar o acesso à educação, protegendo as crianças afetadas pelas crises, agindo de forma ágil e eficiente e com genuína consulta aos refugiados, procurando alinhar esse apoio com o sector educativo do país anfitrião. A fim de maximizar os meios, coordená-los e racionalizar a sua ação, desde 2007 que existe um projeto de parceria global constituído pela Global Education Cluster, a ACNUR e a Inter-Agency Network for Education in Emergencies, reunindo ONG, agências da ONU, académicos e outros parceiros, assegurando que a EeE é uma componente central das respostas humanitárias na cooperação para o desenvolvimento. No entanto, à insuficiência de fundos (em decréscimo desde 2010) juntam-se outros fatores que têm resultado num inadequado apoio à EeE nos países em conflito: baixa prioridade dada pelos Governos (acesso

Portugal e a UE: não deixar sucumbir a Educação em Emergências às mãos da luta contra a covid-19

dos grupos à educação, isto é, refugiados), coordenação frágil, capacidade reduzida (professores) ou baixa qualidade numa grande parte dos países que recebem refugiados.

A UE destaca-se entre os múltiplos doadores da EeE, e esta está contemplada nos projetos do Serviço Humanitário da Comunidade Europeia (ECHO). Em 2019, a UE dedicou 10% do seu orçamento humanitário à EeE, quando, em 2015, era apenas 1%. São 166 milhões de euros financiando projetos em 52 países e apoiando 2,5 milhões de beneficiários (metade raparigas). Até à data, 450 milhões de euros financiaram o apoio a 8,5 milhões de crianças em 59 países. No quinquénio de 2015-2019 foram financiados mais de 300 projetos (exclusivamente EeE ou com uma componente EeE), implementados por mais de 40 parceiros em 59 países, apoiando principalmente a educação formal (primária e secundária).

Num momento particularmente sensível, Portugal encontra-se a presidir neste semestre à UE. A ACNUR fez sair recentemente um documento onde apela a Portugal que mostre liderança na política de proteção dos refugiados na Europa e fora dela, no âmbito do Pacto Europeu sobre Migração e Asilo e do Plano de Ação sobre Integração e Inclusão, 2021-2027. Portugal tem aqui um nobre desafio: não deixar sucumbir o apoio da UE à EeE às mãos da luta contra a covid-19.

Professor do ISEG/ULisboa
com Vitor Serrano, Ajuda Humanitária
(ex-perito da UE-ECHO)